



Religiosidades e universos devocionais

Em meados da primeira década do século XX, o católico Artur Gomes dos Santos traçou um quadro sombrio da situação do catolicismo em Portugal. Escreveu ele a dado passo: «Exceptuando algumas regiões do norte, onde o povo conserva o hábito da missa diária e da prática frequente dos sacramentos, no resto do país os templos estão quase sempre vazios. Na capital, com excepção de algumas capelas pertencentes a ordens religiosas, ao dia de semana ninguém vai à igreja; ao domingo a concorrência é fraca e nunca se vêem homens. Só mulheres. No sul do país, principalmente no Alentejo, é pior ainda. [...] Dos cinco milhões de católicos que se atribuem a Portugal, nem um décimo são católicos práticos»; isto porque, dizia Gomes dos Santos, «o catolicismo oficial é apenas... nominativo» (*O catolicismo em Portugal*).

Este retrato, forçosamente parcial, juntamente com as campanhas dos movimentos sociais desafectos ao catolicismo e críticos da sua acção encerrava, no entanto, um programa para a Igreja e o movimento católico em Portugal marcado pela necessidade de «reconquista cristã» da sociedade.

Nas palavras de Gomes dos Santos entrevêm-se algumas das dificuldades criadas pela constitucionalização da Igreja Católica, sobretudo naquilo que alguns sectores católicos consideravam mais gravoso: a impossibilidade prática de uma autonomia

Sérgio Ribeiro Pinto

Mestre em História Contemporânea, Investigador do CEHR e Doutorando em História Contemporânea na FCSH-UNL

alargada para que a Igreja cumprisse a sua missão. Por isso mesmo, entre a estrutura eclesial e o laicado mais empenhado encontram-se à época opiniões favoráveis à desconfessionalização do Estado que entreverão na separação uma oportunidade de lançar um movimento de União Católica com vista à cristianização, movimento esse que terá a sua culminância na criação da Acção Católica Portuguesa, em 1933 e que teve antes, com a realização do Concílio Plenário Português, em 1926, um acontecimento central.

Na realidade, sendo importantes as alterações políticas operadas, sobretudo a mudança de regime com a implantação da República, que acarretou um conflito institucional com repercussões sociais ao longo da segunda década do século passado, aparecem mais relevantes para a recomposição do catolicismo português quer as alterações levadas a cabo ao longo dos pontificados de Pio X e Bento XV, por um lado, quer os esforços de mobilização católica em Portugal.

Embora do ponto de vista doutrinal a separação entre a Igreja e o Estado fosse de difícil aceitação, as características da lei que em Portugal a decretou, vista pela Igreja Católica como hostil e atentatória da sua acção, acabaram por marcar um ponto de viragem, por dois motivos. Em primeiro lugar, congregou as comunidades em torno dos seus bispos, cuja autoridade interna saiu reforçada no embate com as autoridades civis pela recusa de algumas determina-



ções da Lei da Separação; em segundo lugar, porque o embate com as forças considerados adversas à Igreja reforçou a visão de uma sociedade descristianizada que era preciso converter e ajudou à mobilização unitária dos católicos portugueses, cujas divisões e fracturas não tinham conseguido superar até então.

Ainda que o quadro legal e as estruturas sociais tivessem sofrido alterações, os elementos sobre os quais se processou a recomposição da vivência, presença e acção da Igreja Católica e do catolicismo no trânsito da Monarquia Constitucional para a República não sofreram alterações substanciais.

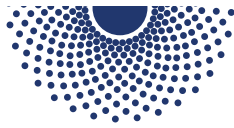
De facto, deparamo-nos mais com continuidades que com rupturas quando apreciamos o universo devocional católico e as manifestações de piedade popular, embora as mudanças reforcem a perspectiva da mobilização da Igreja em Portugal e a redefinição de novas centralidades e protagonistas.

A principal característica do processo é a prevalência do quadro eclesiológico tridentino cuja lenta execução e desenvolvimento continuava em curso.

Nesse sentido, era central a estrutura paroquial, não só como realidade eclesial, mas também civil, dada a coincidência com a estrutura básica da administração pública, coincidência que se estendia às funções civis do clero. Assim, para a maioria das populações, sobretudo fora dos grandes centros urbanos, a pertença religiosa católica assumia-se como factor identitário fundamental, senão exclusivo, que a própria toponímia reforçava, frequentemente incorporando o orago da paróquia na designação das localidades.

A identidade construída em torno da paróquia e das sociabilidades por ela potenciadas reforçava-se pela celebração eucarística quotidiana e pela celebração anual do padroeiro, momento que compreendia quer os aspectos religiosos do culto e as manifestações públicas do mesmo, sobretudo a procissão – realidade que sofreu perturbações na sua realização nos primeiros anos da República, ainda que não de modo uniforme em todo o território –, e as celebrações profanas, cuja relação com os elementos religiosos não raras vezes foram fonte de equívoco.





Procissão de Nossa Senhora da Saúde.

cos e conflitos e mereceram a intervenção disciplinadora dos prelados em diversas dioceses; a título de exemplo, recorde-se a acção de A. Castro Meireles enquanto bispo de Angra, intervindo sobre as celebrações relativas ao popular culto açoriano do Divino Espírito Santo.

Estes elementos ajudam a compreender a resistência popular a algumas determinações da Lei da Separação, quer no que toca à expropriação dos bens eclesíasticos e alfaias litúrgicas, quer no que diz respeito à desestruturação da malha paroquial prevista naquele decreto, quer, ainda, no que concerne ao clero.

Central na doutrina e prática católica, a mediação eclesíastica saiu reforçada ante os intuitos de entregar aos leigos a gestão do culto católico, como ficou patenteado no fracasso das cultuais e das pensões do clero. A importância dos sacramentos da Eucaristia e da Confissão, determinantes na identidade católica, acentuavam a importância dessa mediação e constituíram-se como instâncias fundamentais da vivência espiritual do catolicismo português.

No que concerne à Eucaristia, algumas determinações do pontificado de Pio X revelaram-se determinantes para o reforço dessa importância e para a valorização religiosa da infância que sofria a concorrência do enquadramento escolar: por uma lado, a antecipação da recepção da Primeira Comunhão, que veio a tornar-se um marco fundamental do enquadramento religioso das populações; por outro lado, a valorização da educação religiosa, pela insistência na catequese de infância a partir das determinações da encíclica *Acerbo Nimis* (1905), cujos ecos em Portugal se reflectiram no Congresso da Catequese da Diocese da Guarda, promovido nesse mesmo ano por D. Manuel Vieira de Matos, bem como na constituição das Associações da Doutrina Cristã em diversas dioceses, levando a cabo a divulgação do catecismo de Pio X. A relação entre a infância e o apostolado eucarístico seria reforçado a partir de 1921 com a criação da Cruzada Eucarística das Crianças.

Lugar relevante no universo devocional, e com relação directa com a centralidade eucarística, ocupava o culto do Coração de Jesus e a espiritua-



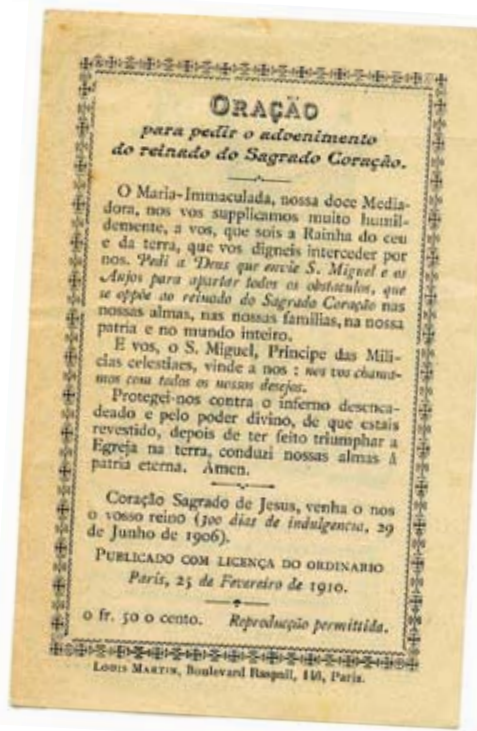
lidade reparadora, reforçada com a perspectiva de hostilização externa por parte dos poderes públicos. O fomento das práticas das primeiras sextas-feiras, da adoração eucarística da confissão e comunhão frequente ajudavam a criação de um clima de mobilização para a «reconquista cristã» da sociedade transversal ao universo católico, da população socialmente indiferenciada aos universitários do CADC. A importância simbólica e mobilizadora da devoção do Sagrado Coração estendeu-se à monumentalização de que foi alvo, com destaque para o Monte de Santa Luzia, em Viana do Castelo, mimetização do Sacré-Coeur de Paris.

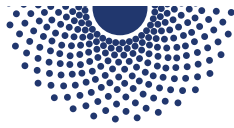
Este aspecto pontua um outro elemento de continuidade da espiritualidade e da experiência católica, em torno do qual se processarão algumas alterações significativas iniciadas nas primeiras décadas do século XX com implicações profundas no panorama sócio-religioso em Portugal: a ritualização em torno dos santuários e a dinâmica de peregrinação. Para além dos centros de culto em torno dos santos de maior devoção – importando destacar, entre outros, o culto de Santo António – é determinante neste aspecto a espiritualidade e a devoção mariana. Depois da dogmatização da Imaculada Conceição, o Sameiro desempenhou um papel central na mobilização do movimento católico em Portugal durante a segunda metade do século XX,

que encontrava em Lourdes um outro local importante, juntamente com Roma, determinante no mundo católico desde sempre, mas com renovado ímpeto depois das consequências da unificação italiana e o fim dos Estados Pontifícios, declarando-se o Papa prisioneiro no Vaticano nesse contexto.

Os acontecimentos de Fátima, em linha com a importância do culto mariano no catolicismo português, e os desenvolvimentos que em torno dele se deram, condensando muitos dos elementos apontados – da centralidade da espiritualidade reparadora, à importância da Eucaristia, passando pela relevância da espiritualidade da infância – conduziu à deslocação da centralidade do catolicismo português, com a paulatina perda da importância da Arquidiocese de Braga em detrimento do eixo Lisboa-Fátima.

O culto de Maria é um elemento central do universo devocional do catolicismo português e da piedade popular; se Fátima foi um ponto de viragem, sob múltiplos aspectos, a influência das expressões da piedade mariana estendiam-se para lá do aspecto peregrinacional, quer fluindo no quotidiano familiar, pela prática da recitação do terço do rosário, quer na devoção de Maio – o «mês de Maria» –, quer na realização de novenas preparatórias das celebrações





mais importantes. As novenas e os meses votivos foram, aliás, estruturantes na vivência espiritual dos católicos ao longo de todo este período.

Ao lado das espiritualidades dos Sagrados Corações, devedoras da sensibilidade romântica, marcando o crescendo de importância da interioridade e da subjectividade no panorama religioso da contemporaneidade, é importante, também o culto da Sagrada Família, que entre outros elementos, se expressou na oração familiar em torno do oratório portátil com as figuras de Jesus, Maria e José que circulava de casa para casa, movimento que encontrou na figura e acção do Padre Cruz um dos grandes divulgadores.

Dois cultos, com sentido e significado diverso e com impacto futuro diferenciado, mereceram grande desenvolvimento na segunda década do século XX: por um lado, em torno de Santa Teresinha do Menino Jesus, cuja popularização entre as classes populares cresceu no contexto da Grande Guerra; por outro lado, e no sobressalto patriótico do conflito mundial e na tentativa de identificação da pertença católica com a Pátria e o clima de União Sagrada, o culto do Santo Condestável, em cuja preparação dos textos litúrgicos foi determinante o padre Pereira dos Reis, aliás, figura importante na valorização da liturgia como elemento estruturante da espiritualidade a que não foi alheia a sua proximidade com o universo religioso devedor da experiência beneditina.

Apesar do sobressalto, originado pelo modo como o regime republicano procurou solucionar a

questão religiosa, cujas incidências se centraram sobretudo nas relações institucionais, ainda que com repercussões na vivência religiosa quotidiana nas populações, este foi menos determinante para a revitalização religiosa católica que o lento mas consistente processo de recomposição da presença e acção da Igreja Católica em Portugal, mercê quer da influência de elementos externos, quer internos à experiência religiosa católica.

Os aspectos políticos, quer os resultantes da situação de confessionalidade na Monarquia Constitucional, quer o de desconfessionalização do Estado operado pela Primeira República a partir da centralidade da separação e da Lei que lhe deu corpo, foram importantes na criação de condições que possibilitaram, por um lado, o esforço de unidade interna do catolicismo, necessidade que se sentia desde os finais do século XIX e, por outro lado, uma crescente mobilização ante um clima considerado frontalmente hostil à Igreja e às manifestações religiosas católicas.

Todavia, foram os elementos apontados, constitutivos da experiência e do património espiritual cristão, e a sua recomposição que, juntamente com uma maior autonomia de acção em relação às entidades públicas e o reforço da autoridade e centralidade eclesiástica, que delinearam, estruturaram, e reforçaram a mobilização católica, quer as práticas sacramentais e litúrgicas, quer os elementos constitutivos da espiritualidade, quer as determinações doutrinárias cuja actualização prática visou reforçar e marcou o desenvolvimento da presença católica no tecido social com o fito de recristianização.

